

## Por uma autonomia do olhar

Prof. Fábio Luiz de Arruda Herrig<sup>i</sup> (UFGD/ CAPES)

### Resumo:

*Levando em consideração os avanços em direção à subjetividade do conhecimento humano e aos constantes conflitos que isso tem gerado, este artigo vem apresentar uma proposta libertária, porém, não nova. A perspectiva é refletir sobre os limites da possibilidade de análise nas ciências, tanto humanas quanto exatas. Esse trabalho faz ecoar um canto iniciado no passado (séc. XII), parcialmente esquecido em meados do século XX devido uma onda de “hiperespecialização disciplinar” e que, atualmente, se faz aflorar mais uma vez. Agora a questão toca uma instância ético-política, visto que a interdisciplinaridade tem que ser pensada enquanto uma postura assumida por cada sujeito.*

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade, Ética-política, Universidade.

### 1 Introdução

Este trabalho tem por meta abordar uma problemática que, atualmente, está causando certo mal-estar dentro das universidades, principalmente dentro das instituições federais. O ponto aqui em questão é a interdisciplinaridade. O movimento que está causando todo esse desconforto pode ser visivelmente encontrado nas reuniões do projeto de “Reestruturação e Expansão das Universidades Federais”, o REUNI. Segundo Adna Candido de Paula, o objetivo desse projeto é “capacitar seus alunos, com uma formação geral e humanista, com o domínio de um saber operatório que o permita a inserção no mercado de trabalho” (2009, p. 1), porém, ele depara-se, no mínimo com dois problemas que se inter-relacionam: (i) primeiramente, a própria prática interdisciplinar, que ainda precisar ser pensada em termos de sua atuação, ou traduzindo isso em uma questão: como ser interdisciplinar, em termos epistemológicos e institucionais?; (ii) em segundo lugar, o problema da atuação dos mais diversos profissionais, que criam nichos teóricos e se fecham ao diálogo, ao que tudo indica, por conta do processo de hiperdisciplinarização ocorrido no século XX.

Outro ponto importante, aqui, é explicar o motivo que levou a discussão da interdisciplinaridade em um simpósio que se intitula *Teoria Literária e Análise do Discurso: Questões de ética, política e estética*. Isso se justifica na medida em que o próprio simpósio, mesmo que não expresso de maneira direta, trabalha por um viés interdisciplinar, já que teoria literária está concentrada na área das Letras e a Análise do discurso na área Linguística. Ademais, a ética e a política não são pensadas em termos de sua relação com o objeto estético, mas sim em relação com a prática docente. Assim, como o autor deste trabalho transita, no desenvolvimento de suas pesquisas, em áreas diversas, como, a História, a Literatura e a Filosofia, viu neste simpósio a possibilidade de um diálogo produtivo.

### 2 A interdisciplinaridade e a responsabilidades ético-política

A interdisciplinaridade não é uma prática nova, é apenas um processo de retomada que está tentando se tornar sistematizado, mas que já acontecia na Renascença, e de maneira já intensa, como atenta Marilena Chauí em um texto que critica a forma de

gerenciamento dos estudos nas universidades, intitulado “As humanidades contra o humanismo”. Segundo ela, “(...) O que se diz é que o homem renascentista tem muitos conhecimentos, mas é porque eles eram todos muito pequenos, muito parcos, não havia o progresso do saber”, ou seja, havia um conhecimento superficial, contudo, Chauí discorda desta sentença: “(...) O homem da Renascença é aquele que domina a totalidade dos saberes porque é da essência do homem ser, na forma do *microcosmo*, a totalidade do real. (...) por isso, tem todos os saberes” (CHAUÍ, 2001, p. 28-29).

Para ficar um pouco mais clara essa questão, vale recorrer a um breve panorama histórico. Antes da interdisciplinaridade há que se pensar no fato de que para que isso ocorra, é necessário, primeiramente, que existam as próprias disciplinas, nesse sentido, mesmo antes do século XIV já é possível notar áreas delimitadas de diversos saberes, mas que, apesar dessa divisão, mantinham um diálogo. Com o avançar do tempo, o diálogo começa a diminuir e as disciplinas começam a criar nichos dentro de seus próprios campos de atuação. Sintetizando esse breve percurso histórico, valem as considerações de Teixeira:

Essa fragmentação crescente do saber só se transformou numa hiperespecialização disciplinar na metade do século XX. Até o início do século XX, a divisão do saber ainda era circular: as ciências ainda dialogavam entre si, como sempre tinham feito, apesar de, desde o século XIV, sua circularidade constituir círculos cada vez menores, devido à exclusão progressiva de vários campos do saber: a exclusão da gnose ou da teologia mística no século XIII, da religião do século XVIII, e da filosofia ou metafísica no século XIX (TEIXEIRA *apud* PAULA; SEVERO, 2010, p. 24).

Esta sintética exposição demonstra que as disciplinas formaram-se, dialogaram e começaram um processo de especialização que se intensifica em meados do século XX e que, agora, no século XXI começa a ser repensado dentro da universidade em contraste com uma intensificação de cursos mais específicos ainda, numa esfera de políticas públicas, os cursos técnicos<sup>1</sup>. A necessidade desse repensar os processos disciplinares e interdisciplinares se apresenta no sentido de que a universidade começa a perder o seu papel de instituição formadora e começa a trabalhar no intuito de formar grupos que supram a demanda do mercado. Chauí apresenta a estrutura na qual a instituição universitária estava há dez anos atrás, quando seu texto foi escrito, apontando quatro funções que o “Banco Internacional de Desenvolvimento” (BID) entende como responsabilidades do “ensino superior” e que se dispõe da seguinte forma: “ I) A formação de uma elite intelectual; II) Preparar os alunos para mercados profissionais específicos que exijam formação superior; III) A formação técnica, que “são programas de curta duração com treinamento de habilidades práticas, preparando para ocupações de nível médio no mercado” (CHAUÍ, 2001, p. 21), ou seja, um setor inteiramente determinado pelo mercado de trabalho; IV) A formação geral ou formação generalista, que são os “cursos profissionalizantes, cujo mercado de trabalho encontra-se saturado ou mal definido” (CHAUÍ, 2001, p. 22). Trazendo essa estrutura para uma formatação mais clara, Chauí diz que “há uma elite intelectual que pensa, e depois todo o resto que tem como objetivo o mercado de trabalho” (CHAUÍ, 2001, p. 22).

---

<sup>1</sup> Sobre o assunto ver no portal do MEC (<http://pronatecportal.mec.gov.br/pronatec.html>) as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal do Brasil como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e a Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC), que visam o aumento dos pontos de ensino, assim como a facilitação ao acesso desses cursos.

No entanto, hoje, dez anos depois da publicação deste texto de Chauí, é preciso perguntar se as coisas continuam iguais, ou ganharam novos contornos? Como já foi anunciado acima, o REUNI parece tentar resolver o problema da hiperespecialização e começa um trabalho de reversão. A interdisciplinaridade, problema apresentado na introdução, parece ser uma resposta às necessidades apontadas por Chauí, visto que permite o diálogo entre áreas do saber, mas que ainda não soluciona o problema, pois: “A interdisciplinaridade é uma prática altamente complexa que exige reflexão epistemológica” (2009, p. 1).

Paul Ricoeur em seu texto *O si-mesmo como um outro*, propõe uma reflexão sobre a identidade. Segundo a perspectiva desse filósofo, a identidade é formada de maneira dupla e não isolada, como consideravam as filosofias do *Cogito*. Há aquela que funciona como um ponto de ancoragem, chamada de identidade-idem. Ela se caracteriza por permitir a um indivíduo ser conhecido e reconhecido como o mesmo, por meio de uma marca, como, por exemplo, um nome ou uma cicatriz. A segunda é a identidade-ipse, que se caracteriza pela relação com o outro, uma identidade que se faz e se refaz a cada contato. A primeira é entendida como Caráter e a segunda como Promessa. O objetivo aqui não é fazer uma discussão a respeito do pensamento de Ricoeur, mas, utilizar os dois primeiros pontos de sua perspectiva ética para pensar também a prática interdisciplinaridade. De acordo com Paula:

A interdisciplinaridade supõe um diálogo e uma troca de conhecimento, de análises, de métodos entre duas ou mais disciplinas. Ela implica que haja interações e um enriquecimento mútuo entre vários especialistas. A especificidade está marcada no [...] [prefixo] inter-, que é uma preposição e um preverbo latino que significa ‘no interior de dois; entre; no espaço de’. (...) A interdisciplinaridade pressupõe dois ou mais elementos em relação (PAULA, 2009, p. 1).

Associando o desdobramento do conceito de identidade por Paul Ricoeur com o de interdisciplinaridade de Paula, a disciplina pode ser pensada como o primeiro ponto da identidade, como Caráter, como algo<sup>2</sup> que pode ser identificado e reidentificado, afinal, a disciplina tem que possuir um ponto de apoio que permita a ela sempre saber o que ela é: história, sociologia, literatura, física, etc. Em contrapartida, é possível pensar a Promessa como a relação de uma disciplina com a outra. Devido à ampliação das pesquisas sobre as ciências em geral, que teve início na Renascença, como apontou Chauí, estas foram obrigadas a buscar, em outras áreas, dados que pudessem potencializar os resultados de suas próprias disciplinas. Um bom exemplo desse processo pode ser observado na relação entre a história e a literatura, que, desde muito dialogam voltadas ou para um objeto comum ou para uma troca teórica e metodológica, de análise de seus respectivos objetos. A perspectiva ricoueriana possivelmente não soluciona todos os problemas da interdisciplinaridade, mas, ao menos, permitirá uma primeira orientação que evita o problema da diluição das fronteiras, já que a identidade-idem possibilita a identificação e a reidentificação de uma mesma disciplina e a identidade-ipse, exige o diálogo.

É preciso considerar outro ponto relevante da proposta interdisciplinar, a questão ético-política. O problema é ético no sentido de que o profissional que atua dentro da universidade tem que estar apto às mudanças e apto a se atualizar e a não se fechar dentro

---

2 Ricoeur diria “alguém”, mas o interesse aqui é o paralelo com algo que é identificado como disciplina, e não com alguém, que é identificado como um ser.

de um universo teórico hermético.

O problema ético-político torna-se evidente no momento em que se observa que as intuições de ensino, identificadas como impessoais, na realidade, são regidas e controladas pelas mãos de pessoas que devem ser vistas como passíveis de imputação<sup>3</sup>, passíveis de serem culpabilizadas pelas atitudes assumidas no exercício de suas funções. A responsabilidade parece ser diluída quando o discurso assume como sujeito da enunciação a terceira pessoa do plural. Segundo Maria Eneida de Souza, a terceira pessoa surge como uma aspiração a cientificidade e a neutralidade do ato interpretativo:

Recalcava-se (...) o sujeito no lugar de ator da enunciação crítica, ao se ver obrigado a se posicionar objetivamente diante da escrita: a expressão de sua autoridade na terceira pessoa garantia a cientificidade e a neutralidade no exercício interpretativo (SOUZA, 2002, p. 34).

O discurso em terceira pessoa garante a dificuldade na identificação do sujeito que age nesse discurso. O “nós” também se apresenta como uma fuga dessa responsabilidade. Assumir o “ele” ou o “nós”, no lugar do “eu”, primeira pessoa, é pluralizar a responsabilidade, de maneira que cada um assume uma parcela da culpa tornando, dessa maneira, todos menos culpados. Ricoeur, ao discutir os processos contra os nazistas, após o fim da Segunda Guerra Mundial, comenta sobre o deslocamento da culpa que os réus executavam no momento de seu julgamento: “seu eu não fizesse outros fariam”.

Parafraseando Ricoeur é possível dizer que a ação necessita de uma agente para ser algo de censura ou de elogio (RICOEUR, 1991, p. 123). Assim, como elogiar um texto que se enuncia em terceira pessoa? Essa postura de dizer “eu considero que...”, “eu penso que...”, é imperativa enquanto uma postura ético-política dentro das universidades, uma vez que está constatada a subjetividade nos resultados das ciências e, concomitante, suas falhas.

A perspectiva interdisciplinar e a postura de responsabilidade-culpabilidade são importantes na medida em que se apresentam como uma prática ousada, diante de um acentuado processo de hiperespecialização, e que, assim sendo, se expõe como uma atitude que busca atravessar as fronteiras, mas, sem o risco de perder o caminho de volta. Segundo Paula e Severo, os membros das universidades são responsáveis pelos riscos surgidos na tentativa de inovar e atravessar fronteiras:

Essa é a dimensão ética a ser avaliada, a da ação de seus agentes, porque a ética é da ordem da teleologia, onde o foco recai, na modernidade tardia, nas avaliações das ações, na finalidade delas para o desenvolvimento do grupo social. Não se trata de regras, não é do domínio da deontologia que a universidade deve se posicionar. (...) É preciso personalizar as responsabilidades acadêmicas, para que não haja a configuração do ‘terceiro’, como uma instituição sem sujeito, a que não se pode culpabilizar (PAULA; SEVERO, 2010, p. 27).

É diante dessa constatação do agente por trás da ação da universidade que é

---

3 Obviamente que essa questão de imputação deveria ser pensada em todas as camadas hierárquicas da universidade, visto que está é preponderantemente regida por professores, mas o âmbito principal sobre o qual esse trabalho procura se ater é ao do ofício do professor (dentro da sala) e do pesquisador, enquanto um produtor de conhecimento.

necessário destacar a presença do responsável pelo que é escrito, e dentro desse contexto, a interdisciplinaridade tem de ser uma postura assumida por um sujeito identificável, e não por um indivíduo camuflado por detrás de um sujeito indeterminando, e nem diluído através de um “nós”.

Referências Bibliográficas

- 1] CHAUI, Marilena. “As Humanidades contra o Humanismo”. In: SANTOS, Gislene (Org.). **Universidade, Formação e Cidadania**. São Paulo, Cortez, 2001.
- 2] PAULA, Adna Candido. “Os Estudos Interdisciplinares e as Políticas Acadêmicas”. In: Ciclo de Literatura - Seminário Internacional, 13, 2009, Dourados. **As Letras em Tempo de Pós**. Dourados: EDUFGD, 2009. v. 1. p. 1-7.
- 3] PAULA, Adna Candido; SEVERO, Cristine Gorski. **No mundo da linguagem: Ensaaios sobre identidade, alteridade, ética, política e interdisciplinaridade**. São Carlos, Pedro e João editores, 2010.
- 4] \_\_\_\_\_. “Une Recherche Épistémologique des Processus Herméneutiques des Théories Littéraires / Uma Investigação Epistemológica dos Processos Hermenêuticos das Teorias Literárias”. In: **XII Congresso da Associação Internacional para Pesquisa Intercultural (ARIC)**. Florianópolis. XII Congresso da ARIC - Association Internationale pour la Recherche Interculturelle. ópolis: ARIC-UFSC, 2009. v. 1. p. 1-15.
- 5] RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- 6] SOUZA, Maria Eneida de. **Crítica Cult**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

i Fábio Luiz de Arruda Herrig, Mestrando, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD),  
Faculdade de Comunicação Artes e Letras – FACALE, karaiarruda@gmail.com